Contributos para uma análise da tese da “modernidade reflexiva” de Anthony Giddens, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu

M. Benedita Portugal e Melo

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/sociologico/632>

DOI: 10.4000/sociologico.632

ISSN: 2182-7427

Editora

CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

Refêrencia eletrónica

M. Benedita Portugal e Melo, «Contributos para uma análise da tese da “modernidade reflexiva” de Anthony Giddens, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu », *Forum Sociológico* [Online], 22 | 2012, posto online no dia 26 fevereiro 2013, consultado o 29 março 2022. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/632> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.632>

Este documento foi criado de forma automática no dia 29 março 2022.

© CICS.NOVA

Contributos para uma análise da tese da “modernidade reflexiva” de Anthony Giddens, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu¹

M. Benedita Portugal e Melo

Introdução

- 1 A tese da “*modernidade reflexiva*” – da qual Anthony Giddens é um dos seus mais notáveis autores – sustenta a ideia de que o exponencial aumento de conhecimentos propiciado pelos sistemas periciais, entre os quais se destaca a produção na área das ciências sociais, o crescente contacto dos indivíduos com especialistas de diversas áreas (medicina, psicologia, ambiente...) e a divulgação intensiva de informações especializadas pelos *media*, tem possibilitado aos indivíduos aceder a uma diversidade de experiências socializadoras que extravasam o seu mundo quotidiano *mais restrito e* enriquecem os seus recursos cognitivos. Por isso, os quadros de percepção, avaliação e orientação para a ação acionados pelos atores sociais são, atualmente, cada vez mais influenciados por um conjunto de saberes especializados.
- 2 Um pressuposto fundamental elaborado pelo próprio Anthony Giddens (1998) permite-nos desenvolver um conjunto de reflexões com vista à sustentação desta tese. Esse pressuposto diz respeito à ideia de que a monitorização reflexiva da atividade social é uma característica crónica da ação quotidiana. Nas palavras do próprio Giddens, “a acção humana incorpora um controlo consistente (...), um controlo que nunca afrouxa – do comportamento e dos seus contextos” (Giddens, 1998: 26). Embora, para Giddens, este não seja o sentido de reflexividade que está especificamente relacionado com a “modernidade tardia”, constitui a base necessária para ela (Giddens, 1998: 26).
- 3 Ora, a monitorização reflexiva da ação opera-se através da *consciência prática* e depende da competência que os atores sociais possuem para racionalizar as suas ações. A

racionalização da ação corresponde a “um contínuo «entendimento teórico» que os indivíduos mantêm sobre as bases da sua actividade” (Giddens, 1989: 4). Falamos, desta forma, da “consciência prática” que ocorre na esfera da vida quotidiana e que diz respeito à maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais que são apenas *tacitamente* apreendidas pelos atores. Nas palavras de Giddens, a consciência das regras sociais, expressa sobretudo na consciência prática, constitui o “próprio âmago daquela «cognoscitividade» que caracteriza especificamente os agentes humanos” (Giddens, 1989: 17).

- 4 Todavia, a consciência prática é condicionada pelas condições objetivas que estão na génese do *stock* de conhecimentos que possibilita a monitorização do dia a dia. Este facto é sublinhado por Giddens, quando o autor salienta o *poder diferencial* dos indivíduos.
- 5 Não significa isso, no entanto, que os atores sociais não possam *ampliar* o seu campo cognitivo e associar à reflexividade «prática» múltiplas referências cognitivas – baseadas em saberes especializados – que concorrem para complexificar os seus esquemas de perceção da realidade envolvente e a sua ação social.
- 6 A escola constitui um campo no qual se organizam e produzem reflexividades de carácter diverso e se efetuam mediações da reflexividade pericial. Ao difundir, de forma “traduzida” e contextualizada, conhecimentos especializados, acrescentando-os aos que os indivíduos aplicam nas suas ações comuns, o sistema escolar poderá potenciar níveis acrescidos de reflexividade.
- 7 Por sua vez, a reflexividade produzida pelas organizações periciais tanto pode constituir uma fonte de informação para a escola como é muitas vezes difundida pela comunicação social.
- 8 Os *media* constituem justamente um outro campo onde também circulam, se desenvolvem e se difundem diversas reflexividades. Todavia, as lógicas que regulam a produção e difusão de informação e conhecimento neste sistema e os fatores que interferem nos processos de receção das mensagens mediáticas podem contribuir para neutralizar os efeitos dos *media* na promoção de uma reflexividade baseada em conhecimentos periciais. Ainda assim, admitimos que os indivíduos podem complexificar os seus recursos cognitivos se for possível acederem a reflexividades mediatizadas de carácter mais científico.
- 9 Estas reflexividades não circulam de forma independente: tal como muitas das informações que são produzidas pelos *media* constituem um universo de referências que os indivíduos apropriam – ainda que de modo distinto – e acumulam ao seu *stock* de conhecimentos, as práticas quotidianas dos atores sociais também podem alimentar a produção da informação mediática.
- 10 Em nosso entender, será, portanto, através da interseção e circulação de reflexividades, associadas ao exponencial aumento da circulação de informações propiciada pelos *media*, que os indivíduos poderão contactar com uma diversidade de experiências socializadoras e aceder a outros recursos cognitivos – desigualmente repartidos – que podem complexificar a sua reflexividade «prática».
- 11 Mas, para podermos sustentar empiricamente a tese da modernidade reflexiva, é ainda necessário esclarecer várias perplexidades: a) o contacto com os conhecimentos periciais é suficiente para os indivíduos quebrarem a inércia da rotina que alimenta as suas práticas quotidianas e desenvolverem uma reflexividade distinta da reflexividade

prática que usualmente constroem?; b) o que caracteriza a reflexividade institucional?; c) quais são os fatores que possibilitam a disseminação e receção de uma reflexividade baseada em conhecimentos periciais?

- 12 Defendendo a tese de que entre a reflexividade prática e a reflexividade científica existem níveis intermédios de consciências reflexivas que poderão ser desenvolvidos sob determinadas condições e em determinadas situações, apresentaremos, neste artigo, uma tipologia de reflexividades que procura dar resposta às questões enunciadas.

1. Da teoria da estruturação ao conceito de reflexividade institucional

- 13 A noção de “reflexividade” é central nas análises mais recentes de Giddens (1998, 2000a, 2000b, 2001). A influência do pensamento filosófico desenvolvido por Descartes, Kant, Hegel e Husserl no quadro teórico deste autor permite-nos considerar que o sentido de “reflexividade” se enquadra na matriz racionalista ocidental, significando, por isso, *reflexão racional* (Domingues, 2002: 57). Partilhamos, assim, da opinião segundo a qual a reflexividade de Giddens se refere, de uma forma ou de outra, ao que Descartes consagrou como o *cogito*, ou seja, «a capacidade da consciência de pensar-se a si mesma» e que será devido “ao papel da razão que o indivíduo possuirá a capacidade para se encarar a si mesmo e reconhecer-se para além das suas experiências comuns” (Domingues, 2002: 58).
- 14 Todavia, em nosso entender, a reflexividade não se poderá reduzir ao conceito de razão, uma vez que Giddens a associa, também, à ideia de conhecimento e à importância deste no *controlo* das *ações* dos atores sociais.
- 15 Com efeito, a sua teoria assenta no pressuposto de que a mudança social é possível, porque os atores sociais possuem a capacidade racional de analisar as informações que recebem para conceberem estratégias de atuação que visam transformar, positivamente, as condições de existência em que se encontram (Giddens, 1989, 2000b, 1998, 2001).
- 16 Esta relação entre interesse, consciência individual racional e ação é desenvolvida por Giddens na teoria da estruturação, nomeadamente nas considerações que efetua a propósito das ações intencionais e não intencionais, da agência humana e da sua relação com o poder (Giddens, 1989, 2000a).
- 17 De acordo com o autor, “«agência» não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar. “Agência” diz respeito “a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido em que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter actuado de modo *diferente*” (Giddens, 1989: 7).
- 18 É devido à “conexão lógica” existente entre *ação* e *poder* que os indivíduos, segundo Giddens, poderão desenvolver processos de mudança social. O autor considera, com efeito, que “os agentes sociais são capazes de actuar de *outro* modo, isto é, são capazes de *intervir* no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas” (Giddens, 1989: 11).

- 19 A sua conceção dos indivíduos como *agentes* corrobora precisamente esta ideia. A ação depende da capacidade e do poder que os indivíduos possuem para “*criar uma diferença*” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente (Giddens, 1989: 11).
- 20 Não significa isto que o autor não reconheça que não existam lógicas de coerção social que limitam o poder dos indivíduos e a sua capacidade de obter resultados. Uma das características da dualidade da estrutura reside justamente no facto de o poder “pressupor relações regularizadas de *autonomia* e *dependência* entre atores ou colectividades em contextos de interação social” (Giddens, 1989: 12).
- 21 Mas é a possibilidade de os agentes serem autónomos relativamente à “estrutura”, ou, por outras palavras, é o facto de os indivíduos não só reproduzirem as características dos sistemas sociais na sua ação, como de serem também capazes de as *produzir* (Giddens, 1989: 72), que nos permite associar os conceitos de “agência”, “poder” e “ação” ao conceito de reflexividade.
- 22 De facto, ao considerar que os indivíduos detêm a possibilidade de “*penetrar*” nas condições de reprodução do sistema social, na medida em que produzem *conhecimento* sobre esse mesmo sistema (Giddens, 1989: 73), parece-nos que o autor atribui ao conceito de reflexividade uma forte carga «capacitante».
- 23 Será, aliás, nesta ordem de ideias, que Giddens apresenta a noção de “reflexividade institucional” (1998, 2001). Subjacente a este conceito parece estar o princípio que explicita a “dupla hermenêutica”. Referimo-nos à perspetiva segundo a qual as instituições não funcionam “apenas «por detrás»” dos atores sociais que as produzem e reproduzem, já que “todo o membro competente de qualquer sociedade sabe bastante sobre as instituições dessa mesma sociedade, não sendo tal conhecimento *secundário* para o funcionamento da sociedade, encontrando-se antes necessariamente envolvido no mesmo” (sublinhados de Giddens, 2000a: 46).
- 24 Tendo em atenção a expansão dos sistemas periciais e o aumento substancial de possibilidades para se aceder ao vasto conjunto de informações especializadas que são difundidas, Giddens parece considerar que estarão criadas as condições para as sociedades atuais desenvolverem processos acrescidos de reflexão e análise sobre si mesmas (Giddens, 2001: 18).
- 25 A noção de “reflexividade institucional” parece-nos, assim, diretamente associada à ideia de que todos os indivíduos possuem competências para receber os conhecimentos científicos divulgados, produzindo, a partir destes, outros conhecimentos que, por sua vez, irão contribuir para enriquecer os novos conhecimentos científicos que os cientistas sociais constroem sobre a realidade social.
- 26 Ter em consideração a influência que o conhecimento produzido pelas ciências sociais poderá ter na construção dos modelos conceituais interpretativos dos atores sociais não significa, no entanto, que possamos considerar que as principais normas em que os indivíduos se baseiam para gerir as circunstâncias sejam as que estão associadas à produção de conhecimentos especializados. Em última análise, este raciocínio levar-nos-ia a admitir que a reflexividade dos agentes sociais seria especificamente constituída por um nível de conceções totalmente enquadradas em *pressupostos científicos específicos*. Ora, em nossa opinião, serão apenas os cientistas sociais os sujeitos cognoscentes que detêm os meios – científicos, refira-se – para efetuar uma “*ruptura epistemológica*” com o pré-construído, de modo a reintroduzirem nas suas análises “a consciência dos pressupostos e dos preconceitos, associados ao ponto de vista local e

localizado daquele que constrói o espaço dos pontos de vista” (Bourdieu, 1989: 52). Por isso, apenas estes estão em condições de praticar a *reflexividade científica*.

- 27 É necessário ter também em atenção que os conhecimentos científicos produzidos pela ciência dependem da estrutura e funcionamento da ciência como *instituição e sistema específico* de produção de conhecimentos, estrutura e funcionamento esses que, por sua vez, são condicionados por outras instituições e dinâmicas sociais. O desenvolvimento da produção científica (sobre a realidade social) é condicionado, não só pelas “condições internas da investigação científica – princípios, meios e resultados teóricos – como pelas condições sociais e institucionais em que esta é realizada” (Silva e Pinto, 1987: 11).
- 28 A reflexividade científica, por ser baseada em saberes periciais, criados em *instituições próprias* que gerem a sua produção e difusão mediante determinadas condições *transforma-se*, assim, em reflexividade institucional, ou, mais precisamente, em distintas reflexividades institucionais. A reflexividade institucional corresponde, portanto, à forma particular de conhecimento produzida pelas ciências, nomeadamente pelas ciências sociais.

2. Da reflexividade prática à reflexividade simbólico-ideológica

- 29 Ao contrário dos cientistas, os indivíduos monitorizam as suas ações através da consciência prática – já o dissemos – mas também mediante um outro tipo de consciência que Giddens denomina como consciência discursiva. O conceito de consciência discursiva encontra-se diretamente relacionado com o facto de os atores competentes poderem quase sempre racionalizar as suas ações, no sentido em que podem explicitar, *discursivamente*, as suas intenções – e motivos – para atuarem do modo como atuam (Giddens, 1989: 5).
- 30 O que distinguirá o conceito de consciência discursiva do conceito de consciência prática é o pressuposto de que o ser humano, enquanto agente intencional, tem razões para realizar as suas atividades *e também está apto*, se solicitado, a elaborar *discursivamente* essas razões (Giddens, 1989: 2). Nesta ordem de ideias, consciência discursiva “significa ser capaz de pôr coisas em *palavras*” (Giddens, 1989: 36).
- 31 Giddens refere-se aos atos de comunicação, parecendo considerar que todos os indivíduos possuem capacidades e condições idênticas para objetivarem o sentido vivido das suas práticas sociais, sob a forma de um discurso, oral ou escrito.
- 32 Ora, tal como entendemos que existem distinções substanciais entre as condições objetivas que estão na génese do *stock* de conhecimentos que os indivíduos mobilizam para monitorizarem o seu dia a dia, somos também da opinião que a mesma desigualdade de recursos impossibilitará todos os indivíduos de se expressarem nos mesmos termos e em iguais condições. Na verdade, a sociologia tem demonstrado que, a) “a probabilidade de acesso aos instrumentos de produção e/ou verbalização de opiniões oscila em função do capital cultural e escolar dos agentes sociais e do grau de familiaridade destes com a escrita e outras formas de racionalização e de produção controlada de sentido” e que b) “os actos de fala dependem ainda das «estruturas do mercado linguístico»” (Almeida e Pinto, 1987: 77). Além disso, como Almeida e Pinto

igualmente afirmam, “os actos de comunicação (...) são sempre social e situacionalmente determinados” (Almeida e Pinto, 1987: 76).

- 33 Porém, tal como não salienta as diferentes lógicas de poder simbólico que estruturam “o campo das trocas linguísticas” (Bourdieu, 1989, 2003), Giddens não efetua uma distinção aprofundada entre o conceito de consciência prática e consciência discursiva. Aliás, o próprio autor assume que a diferença entre estas noções “não é rígida e impermeável” e que “não há barreiras entre estes dois tipos de consciência; há apenas as diferenças entre o que pode ser *dito* e o que, de modo característico, é simplesmente *feito*” (Giddens, 1989: 5).
- 34 Ao interrogar-se em que sentido os agentes sociais são “cognoscitivos”, Giddens também não distingue claramente o que entende por “conhecimento prático” e por “conhecimento discursivo”. Uma vez que a consciência prática consiste “no conhecimento das regras e tácticas mediante as quais a vida social é constituída e reconstituída através do tempo e do espaço” (Giddens, 1989: 72), poderemos considerar que o conhecimento que lhe está implícito é o responsável pela orientação das ações que os indivíduos desenvolvem habitualmente em *contextos específicos*, ou seja, em condições de espaço e de tempo específicas.
- 35 Todavia, existem diferenças potenciais entre o conhecimento das regras e tácticas da conduta prática nos meios em que os agentes se movimentam e o conhecimento daquelas que se aplicam em contextos *remotos* da sua experiência pessoal. Se os indivíduos demonstram possuir este conhecimento em determinadas situações do seu quotidiano será, sobretudo, “no conhecimento – ou nas afirmações de crença – que conseguem formular *discursivamente*, que os agentes mostram possuir uma consciência de condições mais amplas da vida social do que aquelas em que suas próprias actividades ocorrem. (...) quando falamos do «conhecimento que os actores têm das suas sociedades» (e de outras), a referência é à *consciência discursiva*” (Giddens, 1989: 72-73).
- 36 A distinção que se adivinha entre o conhecimento produzido pela “consciência prática” e o conhecimento gerado pela “consciência discursiva” torna-se mais perceptível quando Giddens enumera os fatores que tendem a influenciar “o nível e a natureza da «penetração» dos actores sociais nas condições de reprodução do sistema” (Giddens, 1989: 73). Na sua opinião, este encontra-se dependente das seguintes circunstâncias: “1) os meios de acesso dos actores ao conhecimento, em virtude da sua localização social; 2) os modos de articulação do conhecimento; 3) as circunstâncias referentes à validade das afirmações de crenças interpretadas como «conhecimento»; 4) os factores relacionados com os meios de disseminação do conhecimento disponível” (Giddens, 1989: 73).
- 37 Nesta ordem de ideias, entendemos que o conhecimento que orienta a consciência prática dos atores sociais equivale ao que em sociologia se designa como conhecimento de *senso comum* (Silva, 1987: 31). Referimo-nos, em síntese, ao conhecimento mais “espontâneo” que os indivíduos constroem no decorrer das suas *experiências sociais diretas*. A “abrangência”, “diversificação” e “complexidade” deste património cognitivo dependerá das condições que os atores sociais possuem para aceder – *sem mediações* – a diferentes quotidianos sociais, culturais, económicos e geográficos.
- 38 Já o conhecimento “discursivo” poderá equivaler a um “2.º grau” de construção de conhecimento, no qual os atores sociais produzem “conhecimentos” de senso comum sobre outros “conhecimentos” de senso comum. Será, com efeito, a este nível que a

“dupla hermenêutica” se consubstanciará, uma vez que nos parece que é nas situações discursivas que todos os outros membros competentes da sociedade poderão avaliar em que medida o conhecimento das convenções sociais, de si mesmo e dos outros seres humanos, “é detalhado e impressionante” e como “todos poderão ser hábeis sociólogos” (Giddens, 1989: 20).

- 39 Será, enfim, através da consciência discursiva que os indivíduos possuirão mais possibilidades de complexificar as suas percepções cognitivas, dada a influência que uma esfera central de propagação de crenças, representações e conhecimentos especializados – os *media* – detêm no seu quotidiano.
- 40 A importância deste sistema social para o uso e desenvolvimento da “reflexividade” discursiva é, aliás, indicada por Giddens, ao assinalar o facto de os veículos de comunicação escrita, impressa e eletrónica terem sempre influenciado “não só os *stocks* de conhecimento disponível, como também os tipos de conhecimento produzidos”(Giddens, 1989: 74).
- 41 Muito embora consideremos que a informação produzida e veiculada pelo campo mediático poderá potenciar a “reflexividade discursiva”, parece-nos que os atores sociais não dispõem dos mesmos sistemas de disposições para mobilizarem discursivamente os conhecimentos socialmente difundidos. Por isso, será através de um acesso *desigual* a este espaço de mediação que poderá decorrer uma partilha de patrimónios cognitivos compostos por representações de conhecimentos abstratos.
- 42 Por outro lado, apesar de aceitarmos a ideia de que “o surgimento de discursos da ciência social influencia claramente todos os níveis de interpretação social nas sociedades em que ela se tornou influente” (Giddens, 1989: 73), defendemos que estes níveis de interpretação social são forçosamente condicionados pelos sistemas ideológicos que os indivíduos partilham entre si.
- 43 Os pressupostos da teoria multidisciplinar da ideologia e suas relações com o discurso de Van Dijk (2005) obrigam-nos, com efeito, a sublinhar que ao processo de racionalização dos comportamentos se encontra subjacente, por parte dos atores sociais, um processo de mobilização de sistemas ideológicos. Na concepção de Van Dijk, “é sobretudo através de enunciados escritos e orais – elaborados por actores sociais, enquanto membros de um grupo, que as ideologias são produzidas e reproduzidas” (Van Dijk, 2005: 135). Deste modo, conclui o autor, “são os sistemas ideológicos que «*dirigem*» as opiniões, apreciações e representações dos indivíduos, orientando, pois, o *significado* dos seus discursos” (Van Dijk, 2005: 141).
- 44 Neste sentido, importará chamar a atenção para o facto de grande parte do discurso científico ser mediado pelos meios de comunicação social através de lógicas muito específicas que originam uma transmissão muito seletiva e particularizada desse mesmo discurso (Melo, 2009).
- 45 A questão essencial, em nosso entender, reside no modo como se processa a comunicação do conhecimento. Se, como afirma Van Dijk, “as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando, assim, indirectamente, as práticas sociais relativas àquele e, consequentemente, também as produções escritas e orais dos seus membros” (2005: 141), teremos de pressupor que o processo de propagação e receção de conhecimentos – ao assentar em discursos – é orientado pelos sistemas ideológicos de grupos sociais específicos.

- 46 Nesta ordem de ideias, parece-nos que a reflexividade discursiva comportará um nível de “conhecimento” que é construído a partir dos “sistemas mais específicos [as ideologias] nos quais se baseiam as representações sociais e os processos mentais” dos atores sociais (Van Dijk, 2005: 138).
- 47 Os conceitos de “*maîtrise* prática” e “*maîtrise* simbólica da prática”, propostos por Pierre Bourdieu, permitem-nos compreender melhor os complexos processos sociais de produção de sentido que estão em causa quando os atores sociais desenvolvem a reflexividade discursiva.
- 48 A “*maîtrise* prática” implicará “um saber imediato e destituído de regras”, que é fundado diretamente no *habitus* (Pinto, 2000: 64-65). É, portanto, mediante o conceito de *habitus* (de classe), que Bourdieu dá conta dos “sistemas de automatismos e disposições a partir das quais os agentes sociais espontaneamente percebem e avaliam os objectos, comportamentos e situações com que se confrontam” no seu quotidiano (Pinto, 2000: 65).
- 49 Neste sentido, o conceito de “consciência prática” de Giddens parece aproximar-se do conceito de “*maîtrise* prática” ou, mais exatamente, do conceito de *habitus* de Bourdieu, uma vez que a “*maîtrise* prática” dependerá do *habitus*. Ambos procuram salientar como o entendimento humano, ao nível da prática imediata, se constrói espontaneamente, e ambos pressupõem “o lado activo do conhecimento prático” (Bourdieu, 1989: 61). Como o próprio Bourdieu afirma, com a utilização da noção de “*generative grammar* desejava pôr em evidência as capacidades criadoras, activas, inventivas do *habitus* e do agente (...), chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador é o de um *agente em acção*” (Bourdieu, 1989: 61). A intenção teórica de Bourdieu, ao utilizar a palavra *habitus*, era, assim, “a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construção de objecto” (Bourdieu, 1989: 62). Admitimos que Giddens poderá ter tido uma preocupação idêntica com o conceito de “consciência prática”.
- 50 Isso não significa que não reconheçamos as divergências analíticas que separam as concepções destes dois autores. Na verdade, enquanto Giddens parece situar a «mola» da ação nas escolhas *utilitárias* e *conscientes* dos indivíduos, Bourdieu “amplia a esfera do *interesse*, reduzindo a da utilidade e a da consciência” (Bourdieu & Wacquant, 1992: 15).
- 51 O modo como Bourdieu e Giddens concebem o “espaço de possíveis” é, por outro lado, bastante distinto. Enquanto Bourdieu considera que este é limitado pelo *habitus*, isto é, pelo facto de os indivíduos incorporarem uma “gramática geradora” de práticas conformes às estruturas objetivas, revelando, assim, um “modo de pensar disposicional” condicionado pela estrutura social, Giddens, por sua vez, amplia o “campo de possíveis” através do conceito de “agência”, defendendo que não existem estruturas sociais que sejam independentes dos indivíduos e das suas estruturas de interação.
- 52 Será, porventura, devido a esta distinção fundamental que Bourdieu analisa em termos muito diversos de Giddens o que está em jogo na produção do conhecimento próprio da consciência discursiva, distanciando-se de Giddens ao associar os processos de racionalização discursiva aos processos simbólicos e ideológicos que regulam os campos sociais onde aqueles processos se inscrevem.
- 53 De acordo com Bourdieu, os símbolos constituem instrumentos por excelência da “integração social”: “enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...)

eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui, fundamentalmente, para a reprodução da ordem social” (Bourdieu, 1989: 10). Os sistemas simbólicos constituem, por isso, instrumentos de conhecimento e comunicação, mas, além disso, constituem também instrumentos de domínio, na medida em que são estruturados pelo poder simbólico.

- 54 O poder simbólico, “esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989: 7-8), “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social” (Bourdieu, 1989: 9).
- 55 No processo de racionalização discursiva, este poder traduz-se na faculdade de impor significações e impô-las como legítimas. As diferentes classes e fracções de classe encontram-se, assim, envolvidas numa luta propriamente simbólica “para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo, em forma transfigurada, o campo das posições sociais” (Bourdieu, 1989: 11). Esta luta pode ser conduzida quer *diretamente*, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por *procuração*, por meio da luta travada pelos *especialistas da produção simbólica*, na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (Bourdieu, 1989: 11-12).
- 56 Ao chamar a atenção para o facto de a análise dos processos de racionalização discursiva não poder ser dissociada destas questões, a perspectiva de Bourdieu permite-nos pressupor, em síntese, que a reflexividade produzida pelos atores sociais não é tanto uma reflexividade discursiva, nos termos em que Giddens a concebe, mas, sobretudo, uma reflexividade “*simbólico-ideológica*”.
- 57 Associamos aos processos simbólico-ideológicos a noção de reflexividade, na medida em que aceitamos que os sistemas simbólicos são “produtos sociais que *produzem* o mundo, porque não lhes chega reflectirem as relações sociais mas contribuirão para a sua constituição” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 8). Neste sentido, as reflexões simbólicas e ideológicas produzidas pelos atores sociais podem ser perspectivadas como “*ações atuantes*”. Tal como “os «sistemas simbólicos», enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (Bourdieu 1989: 9), em nossa opinião, a reflexividade produzida nesses mesmos sistemas obedecerá às mesmas condições.

3. Condições para a prática de uma reflexividade de 3.º grau: a reflexividade técnico-ideológica

- 58 Equacionar a reflexividade nestes termos não invalida que coloquemos a hipótese de alguns atores sociais que intervêm no espaço dos *media* poderem construir e difundir um modelo concetual mais próximo de uma reflexividade hiper racionalizada. A capacidade de os indivíduos divulgarem e receberem uma reflexividade distinta da reflexividade simbólico-ideológica que acionam regularmente nas suas interações discursivas estará dependente das “capacidades «criadoras» e inventivas dos seus

habitus” (Bourdieu, 1989: 61), isto é, da margem de manobra que detiverem relativamente à estrutura dos campos sociais onde se poderá constituir.

- 59 Ora, os *media* constituem um campo de produção simbólica e ideológica, na medida em que este sistema tem o poder “de constituir o dado pela enunciação, de *fazer ver* e *fazer crer*, de *confirmar* ou *transformar a visão do mundo* e, deste modo, o mundo” (Bourdieu, 1989: 15). Mas o que faz “o poder das palavras e das palavras de ordem é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (Bourdieu, 1989: 15).
- 60 Assim, entre os *especialistas da produção simbólica*, serão aqueles que detêm o poder no interior do campo dos *media* que deterão a *legitimidade* de produzir os discursos que serão reconhecidos, isto é, *legitimados* socialmente. Serão estes que darão origem ao efeito ideológico que se faz sentir no campo mediático: a imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias científicas. Serão, estes, em suma, que fabricam discursos a partir de uma reflexividade “*simbólico-ideológica*”.
- 61 Todavia, alguns peritos poderão reunir condições privilegiadas para construir uma reflexividade com contornos científicos. Referimo-nos aos cientistas e a alguns “*mediadores da produção simbólica*”, que possuem, tal como outros especialistas, um saber científico e um saber prático.
- 62 A questão é que o espaço dos meios de comunicação social é atualmente habitado, de forma conflituosa e competitiva, por estes grupos sociais, mas usualmente está dominado pelos *especialistas da representação do mundo social* (Melo, 2009). Portanto, só será possível que outras representações sociais que não as dominantes possam ter lugar nos *media* se for posta em causa a hierarquia e os princípios que têm suportado a estrutura deste campo.
- 63 Por outro lado, o reconhecimento da preponderância do conhecimento “prático” na monitorização do quotidiano dos indivíduos leva-nos a pensar que será, sobretudo, quando confrontados com *situações críticas*² que estes sentirão a necessidade de produzir e reproduzir um conhecimento mais próximo do conhecimento “suprarracionalizado”. Neste sentido, pressupomos que será quando a *segurança ontológica* é especialmente afetada – devido a determinadas circunstâncias ameaçadoras ou destruidoras das certezas das *rotinas institucionalizadas* – que a “estrutura” tenderá a *capacitar* os indivíduos em vez de os constranger (Giddens, 2000a: 43).
- 64 Enquanto campo central de propagação *globalizada* de notícias relativas a *situações críticas* e de informações *contraditórias* a este propósito, os *media* são responsáveis quer pela *amplificação* da perceção social daqueles riscos, quer pelo desenvolvimento da noção “pública” de que a ciência não produz um “saber” válido em termos definitivos.
- 65 Se a proliferação de informações respeitantes aos riscos poderá provocar a urgência de se recorrer aos conhecimentos periciais, a abundância de informações antinómicas perante as quais os indivíduos se deparam acentuará a sua necessidade de depositar *confiança* em alguns daqueles conhecimentos. Entre outros fatores, esta relação de confiança dependerá da *credibilidade* que os indivíduos atribuam a essas notícias.
- 66 Resta saber se os *media* representam, para a “opinião pública”, uma fonte de informações suficientemente credível para os levar a acreditar que estão perante uma “*situação de risco*”. Se assim for, estarão reunidas as condições necessárias para os indivíduos construírem uma perceção da realidade social mais concordante com a das ciências em detrimento de uma perceção da realidade social mais própria do senso comum. Referimo-nos, muito concretamente, ao que poderá ser denominado como uma

reflexividade “*técnico-ideológica*”, na qual a apropriação do conhecimento abstrato desempenhará um papel fundamental.

- 67 É, com efeito, a apropriação social do conhecimento especializado e a sua consequente objetivação nas racionalizações discursivas que nos permite distinguir a reflexividade *técnico-ideológica* da reflexividade *simbólico-ideológica*.
- 68 A reflexividade *técnico-ideológica* (de “3.º grau”) será equivalente ao conhecimento que é construído pelos atores sociais quando estes, após apropriarem elementos da teoria e pesquisa científica, produzem análises que visam interpretar um conjunto de ocorrências singulares, *desconstruindo* os constrangimentos sociais, culturais e institucionais que as ordenam sem, no entanto, terem consciência que são condicionados por pré-construções e princípios do senso comum.
- 69 Por via da incorporação de discursos especializados, a reflexividade “*técnico-ideológica*” poderá reproduzir algumas preocupações de “generalidade, especialização temática ou problemática”, no desenvolvimento dos argumentos avançados (Caria, 2002: 806). Mas, em nosso entender, a reflexividade “*técnico-ideológica*” não traduzirá um novo olhar sobre o mundo social, totalmente superracionalizado, já que para isso seria necessário que os atores sociais soubessem utilizar os meios científicos para efetuar as *ruturas epistemológicas* que presidem à construção do conhecimento científico.
- 70 É, portanto, pelo facto de *não* terem sido formados para possuírem a consciência de que as suas reflexões são condicionadas pelo ponto a partir do qual constroem os seus pontos de vista que entendemos que os atores sociais poderão praticar uma “*reflexividade técnico-ideológica*” e os cientistas sociais a *reflexividade científica* (de 4.º grau)³.

Notas conclusivas

- 71 Na modernidade tardia, os atores sociais acedem, por intermédio do sistema de ensino e dos media, a uma multiplicidade de referências cognitivas que extravasam o seu mundo quotidiano mais restrito e enriquecem o seu esquema de perceção da realidade envolvente.
- 72 Isso não significa, porém, que desenvolvam uma reflexividade superracionalizada, pois esta tem de ser fabricada de acordo com as regras do jogo científico. Ao contrário dos especialistas, os indivíduos monitorizam o seu quotidiano através de uma consciência de tipo simbólico-ideológico e é esta que predominantemente é difundida pelos *media* (Melo, 2009).
- 73 Em nosso entender, os atores sociais só sentirão a urgência de quebrarem a inércia da rotina que alimenta o seu quotidiano e de produzirem uma reflexividade distinta da que constroem no dia a dia quando sentirem que a sua *segurança ontológica* poderá ser especialmente afetada devido a determinadas circunstâncias ameaçadoras das certezas das *rotinas institucionalizadas*. Será, assim, perante “*situações críticas*” passíveis de provocar a dúvida radical que os atores sociais recorrerão ao conhecimento baseado em informações científicas – desenvolvendo uma reflexividade de tipo técnico-ideológico – para produzir uma ação social *inovadora*.
- 74 Alguns mediadores da produção simbólica podem difundir a reflexividade técnico-ideológica, mas isso estará dependente da “margem de manobra” que dispõem para intervir no campo mediático. Se a concorrência entre estes peritos e os “especialistas

da representação do mundo social” possibilitar que outras representações sociais, que não as dominantes, ali possam circular, é possível que outras visões (e atuações) do mundo “mais racionais” sejam difundidas pelos *media*. Nestes termos, os *media* poderão contribuir para a disseminação social de uma reflexividade próxima do conhecimento científico.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. F. e J. M. Pinto (1987), “Da teoria à investigação empírica, problemas metodológicos gerais”, in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 55-78.
- BOURDIEU, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, P. (2003), *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século.
- BOURDIEU, P. e L. Wacquant (1992), *Pour une Anthropologie Reflexive*, Paris, Seuil [tradução de Eduardo Jorge Esperança, U.Évora].
- CARIA, T. H. (2002), “O uso do conhecimento: os professores e os outros”, *Análise Social*, vol. XXXVII, (164), pp. 805-831.
- DOMINGUES, J. M. (2002), “Reflexividade, Individualismo e Modernidade”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, (49), pp. 55-70.
- GIDDENS, A. (1989), *A Constituição da Sociedade*, São Paulo, Livraria Martins Fontes.
- GIDDENS, A. (1998), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, A. (2000a), *Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura –*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, A. (2000b), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Presença.
- GIDDENS, A. (2001), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- MELO, M. B. P. (2009), *Os Professores do Ensino Secundário e os Rankings Escolares*, V. N. Gaia, Fundação Manuel Leão.
- PINTO, J. M. (2000), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos – Elementos de teoria e pesquisa empírica*, Porto, Afrontamento.
- SILVA, A. S. (1987), “A ruptura com o senso comum nas ciências sociais” in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 29-53.
- SILVA, A. S. e J. M. Pinto (1987), “Uma Visão Global sobre as Ciências Sociais”, in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 9-27.
- VAN DIJK, T. A. (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia – Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Porto, Campo das Letras.

NOTAS

1. As reflexões teóricas que se apresentam foram inicialmente desenvolvidas na Tese de Doutoramento, tendo sido testadas na investigação empírica então realizada. Contudo, o texto que se apresenta foi reformulado e melhorado relativamente ao original.
 2. “Situações críticas” são “as circunstâncias de tipo imprevisível que afectam uma quantidade substancial de indivíduos e que ameaçam ou destroem as certezas de rotinas institucionalizadas” (Giddens, 1989: 49).
 3. Isto não significa, porém, que os cientistas sociais sejam imunes ao senso comum e a posições político-ideológicas. Dispõem é da formação necessária para efetuar ruturas epistemológicas, caso pretendam produzir conhecimento científico.
-

RESUMOS

Cativante, a tese da “modernidade reflexiva” de A. Giddens dificilmente poderá ser sustentada empiricamente se alguns dos seus pressupostos não forem (re)equacionados. Confrontando a perspetiva de A. Giddens com a de P. Bourdieu, procura-se, assim, neste artigo, dar resposta às seguintes questões: a) o contacto com os conhecimentos periciais é suficiente para os indivíduos quebrarem a inércia da rotina que alimenta as suas práticas quotidianas e desenvolverem uma reflexividade distinta da reflexividade prática que usualmente constroem? b) o que caracteriza a reflexividade institucional? c) quais são os fatores que possibilitam a disseminação e receção de uma reflexividade baseada em conhecimentos periciais? A argumentação apresentada desenvolve a hipótese de que os atores sociais constroem diferentes tipos de reflexividade e só sentirão a urgência de produzir uma reflexividade “suprarracionalizada” se se encontrarem perante “situações críticas” (Giddens, 1989).

Seductive, the theory of “reflexive modernity” by A. Giddens can hardly be empirically sustained if some of its assumptions are not (re)evaluated. By confronting Anthony Giddens perspective with Pierre Bourdieu’s, we try to answer in this article to the following questions: a) is contact with expertise knowledge sufficient for individuals to break the inertia of the routine that feeds their daily practices and develop a reflexivity that differs from the practical reflexivity they usually build?; b) what characterizes institutional reflexivity?; c) which are the factors that enable the dissemination and reception of a reflexivity based on expertise knowledge? The discussion we propose here develops the hypothesis that social actors build different types of reflexivity and will only feel the urge to produce a supra rationalized reflexivity if they are facing “critical situations” (Giddens, 1989).

ÍNDICE

Keywords: reflexive modernity, practical reflexivity, institutional reflexivity

Palavras-chave: modernidade reflexiva, reflexividade prática, reflexividade institucional

AUTOR

M. BENEDITA PORTUGAL E MELO

Doutorada em Sociologia pelo ISCTE. Professora Auxiliar. Instituto de Educação. Universidade de Lisboa (mbmelo@ie.ul.pt)